

deliberado na 335ª Reunião Plenária Ordinária do CAS/DF, realizada no dia 28 de novembro de 2023, e devidamente exarado no processo 00431-00030582/2022-57.

Art. 2º A entidade deverá ser acompanhada para verificação das atividades anualmente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDIANA ADRIANA JERÔNIMO DA CUNHA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o indeferimento do requerimento de Inscrição de Serviço Socioassistencial ao Instituto de Referência da Juventude.

O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - CAS/DF, com fundamento nos artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, combinado com o art. 3º da Lei nº 997, de 29 de dezembro de 1995 e suas alterações, e conforme disposto na Resolução CAS/DF nº 21/2012 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Indeferir o Requerimento de Inscrição de Serviço Socioassistencial - Ações de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos ao Instituto de Referência da Juventude, CNPJ nº 17.025.971/0001-99, conforme deliberado na 335ª Reunião Plenária Ordinária do CAS/DF, realizada no dia 28 de novembro de 2023, e devidamente exarado no Processo SEI/GDF nº 00431-00002481/2023-77.

Art. 2º O indeferimento do requerimento considera que as atividades ofertadas não estão em concordância com a Resolução nº 21 do CAS/DF, de 03 de abril de 2012 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDIANA ADRIANA JERÔNIMO DA CUNHA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o deferimento do Requerimento de Inscrição de Serviço Socioassistencial à Vilelas Sport Center Social DF.

O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - CAS/DF, com fundamento nos artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, combinado com o art. 3º da Lei nº 997, de 29 de dezembro de 1995 e suas alterações, e conforme disposto na Resolução CAS/DF nº 21/2012 e suas alterações, e ainda:

Considerando o art. 26 da Resolução nº 21/2012 - CAS/DF e suas alterações, que estabelece que a entidade deverá apresentar anualmente ao CAS/DF documentos para acompanhamento e fiscalização, sob pena de cancelamento da inscrição, resolve:

Art. 1º Conceder Inscrição de Serviço Socioassistencial sob o nº 250/2023, por prazo indeterminado, à Vilelas Sport Center Social DF, CNPJ nº 12.621.666.0001-46, com sede na QMS 47 Setor de Mansões nº: 3 - Sobradinho, para executar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito da Assistência Social, conforme deliberado na 335ª Reunião Plenária Ordinária do CAS/DF, realizada no dia 28 de novembro de 2023, e devidamente exarado no processo 00431-00012186/2023-29.

Art. 2º A entidade deverá ser acompanhada para verificação das atividades anualmente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDIANA ADRIANA JERÔNIMO DA CUNHA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o indeferimento do requerimento de Inscrição de Serviço Socioassistencial à Associação Cultural de Esportes e Artes Central.

O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - CAS/DF, com fundamento nos artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, combinado com o art. 3º da Lei nº 997, de 29 de dezembro de 1995 e suas alterações, e conforme disposto na Resolução CAS/DF nº 21/2012 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Indeferir o Requerimento de Inscrição de Serviço Socioassistencial - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes no âmbito da Assistência Social, CNPJ nº 07.284.750/0001-81, conforme deliberado na 335ª Reunião Plenária Ordinária do CAS/DF, realizada no dia 28 de novembro de 2023, e devidamente exarado no Processo SEI/GDF nº 00431-00011549/2023-17.

Art. 2º O indeferimento do requerimento considera que não foram identificados os elementos necessários para a caracterização do serviço proposto na inscrição, indo de encontro com a Resolução nº 21 do CAS/DF, de 03 de abril de 2012 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDIANA ADRIANA JERÔNIMO DA CUNHA
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 05, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Descentraliza crédito orçamentário do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura, para execução do projeto de requalificação da Praça do Relógio.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - Fundurb e o Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF, no uso de suas atribuições,

consoante o que estabelece a Lei nº 7.212, de 30 de dezembro de 2022, que aprova a Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal para o exercício de 2023 e o Decreto nº 37.427, de 22 de junho de 2016, que dispõe sobre a descentralização da execução de créditos orçamentários, resolvem:

Art. 1º Descentralizar crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

De: U.O – 28.901- Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal;

U.G – 280.901 – Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal;

Para: U.O – 22.101- Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal;

U.G - 190.101 - Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal;

I - OBJETO: Execução do projeto de requalificação da Praça do Relógio; e

II - PROGRAMA DE TRABALHO: 15.451.6208.3089.0001 - Requalificação e reabilitação de espaços urbanos - Distrito Federal, Natureza de Despesa: 44.90.51, Fonte: 169, Valor: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Presidente do Conselho de Administração - Fundurb

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
U.O. Concedente

LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF
U.O. Executante

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA (PPCUB), FORMALIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO SEI Nº 00390-00000194/2023-83

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte três, no Auditório da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, localizado no Setor Médico Hospitalar Norte, SMHN 03 – conjunto A – bloco 1 – Edifício FEPECS, Brasília-DF, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais do Distrito Federal, foi iniciada a Audiência Pública com vistas à apresentação de proposta do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), pelo Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEUDH). Previamente, a Sra. Camila Cardoso Gava, Chefe da Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados (ASCOL/SEUDH), cumprimentou a todos e fez a leitura dos informes. Informou que a Audiência Pública tinha por objetivo a apresentação da proposta do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Em seguida, convidou para compor a mesa as seguintes autoridades: Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEUDH), Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva; Secretária-Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEADUH/SEUDH), Sra. Janaina Domingos Vieira; Subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB/SEUDH), Sr. Ricardo Augusto de Noronha; Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto; Superintendente do Instituto do Patrimônio e Artístico do Distrito Federal (IPHAN/DF), Sr. Tiago Pereira Perpetuo; Subsecretário de Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), Sr. Felipe Ramon; Secretária-Adjunta Substituta, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV), Sra. Suelly Rodrigues de Souza. Informou que o primeiro aviso de convocação dessa audiência pública foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 192, e em jornal de grande circulação, ambos no dia 11 de outubro de 2023. O segundo aviso de convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 202, e em jornal de grande circulação, ambos no dia 27 de outubro de 2023, bem como foi dada publicidade na página eletrônica da SEDUH, em conformidade ao que dispõe a Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Anunciou que a Audiência Pública teria a seguinte ordem a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos; 2. Apresentação técnica; 3. Debate e respostas às perguntas que eventualmente forem realizadas; e 4. Encerramento. Esclareceu que a Audiência pública possuía o caráter consultivo e teria por finalidade dar publicidade à matéria a ser apresentada e fornecer dados técnicos da proposta, assim como, colher propostas e contribuições da população envolvida. Salientou que a audiência estava sendo registrada por gravação de vídeo e áudio e o material produzido iria compor a memória do processo, bem como todas as informações seriam publicizadas na página eletrônica da SEDUH, pelo link <https://www.seduh.df.gov.br/category/audiencias-publicas/>. Explicou que a Ata seria publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), em até 30 dias, a contar daquela data. Orientou que as manifestações dos participantes deveriam seguir a ordem de inscrição e o respeito aos seguintes tempos de duração: cinco minutos, quando se tratasse de representantes de entidades, e o de três minutos, no caso de manifestações individuais. Informou que seria projetado cronômetro no painel, para verificação do tempo de manifestação, que ao final desse tempo o som do microfone seria cortado, e que, excepcionalmente, poderia haver um minuto de prorrogação para finalização da fala. Solicitou que esse tempo de duração de manifestação fosse respeitado, para que todos pudessem participar, e informou ainda que essa audiência pública estava sendo transmitida, ao vivo, por meio do canal do Youtube – www.youtube.com/conexaoseduh. Registrou a presença das seguintes autoridades: Sr. Valdemar Medeiros, Administrador Regional do Plano Piloto; Sr. Celestino Fracon Júnior, Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI/DF); Sr. Wilde Cardoso

Gontijo Junior, Coordenador da Andar a Pé – O Movimento da Gente; Sr. Leonardo Serra Vieira, representante da Ordem dos Advogados de Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB-DF); Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (SINDUSCON/DF); Sr. Denio Augusto de Oliveira Moura, Promotor de Justiça da 1ª Promotoria da Ordem Urbanística, do Ministério Público do Distrito Federal; e Sr. Luís Antônio Almeida Reis, Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Finalizadas as orientações, passou-se ao item 1. Abertura dos trabalhos: O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), iniciou a audiência cumprimentando a todos e externando a satisfação da SEDUH e do Governo do Distrito Federal (GDF) em ter um auditório com tantas pessoas interessadas em discutir o futuro da cidade. Pontuou que estavam realizando a oitava Audiência Pública, com a tranquilidade de que o projeto de lei foi bem discutido e elaborado, atendendo aos anseios da comunidade. Agradeceu a presença dos componentes da mesa e destacou que a missão dessa audiência era ouvir e coletar opiniões referente ao projeto apresentado. Em seguida, abriu a palavra aos componentes da mesa, para realização de breve manifestação. Pela ordem, o Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), saudou os presentes e discorreu que esse momento significava a democracia e a possibilidade de a sociedade participar da construção dos instrumentos de gestão pública e das ferramentas de preservação e ordenamento territorial. afirmou que estavam em um momento de recuperação da política do patrimônio cultural e dos espaços, e de busca de parcerias com os governos, e agradeceu à SECEC as possibilidades que estavam sendo desenvolvidas em conjunto para recuperação de espaços importantes, como o Teatro Nacional, a Praça dos Três Poderes, entre outros. Alegou que era atrasada a dicotomia de que a preservação do patrimônio cultural de Brasília era adversária do desenvolvimento, da geração de oportunidades, do bem-viver, do direito às cidades e das oportunidades econômicas. Explanou que o papel do IPHAN não era de autorização ou de proibição, mas de orientação para que Brasília continuasse com o seu valor arquitetônico, urbanístico, social e cultural. Por fim, confirmou que o Governo Federal possuía uma grande preocupação com Brasília e agradeceu a presença de todos. O Sr. Ricardo Augusto de Noronha, Subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SCUB/SEDUH), deu início à sua manifestação agradecendo a presença de todos e externando a sua expectativa de êxito no PPCUB. Ressaltou o grande trabalho e esforço realizado pela pequena equipe da SCUB/SEDUH, para elaboração de um documento consolidado e amplo, o qual abrangia a maioria das expectativas da cidade. O Sr. Tiago Pereira Perpetuo, Superintendente do Instituto do Patrimônio e Artístico do Distrito Federal (IPHAN/DF), cumprimentou a todos e saudou o Secretário de Estado da SEDUH e toda equipe presente. Ressaltou a importância desse momento para o IPHAN/DF, uma vez que estava acompanhando o processo do PPCUB, desde o seu início, e comentou que esse processo nasceu com base no Plano de Preservação de Cidades Históricas desenvolvidos pelo IPHAN. Esclareceu que não caberia ao Instituto autorizar, ou não, o projeto desenvolvido pelo ente local, mas sim de realizar a contribuição técnica de modo a compatibilizar a legislação proposta com a legislação federal existente. Com a palavra, a Sra. Suely Rodrigues de Souza, Secretária-Adjunta Substituta da SEGOV, cumprimentou e agradeceu, em nome do Governador, Ibaneis Rocha, e do Secretário de Governo, José Humberto, a presença de todos. O Sr. Felipe Ramon, Subsecretário de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), agradeceu ao Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva pelo esforço depreendido nos últimos tempos e às equipes que passaram pela SEDUH. Registrou a participação constante da SECEC em todos os momentos do PPCUB e destacou a importância da participação popular. Logo em seguida, avançou-se ao item 2. Apresentação Técnica: A Sra. Janaina Domingos Vieira, Secretária-Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), iniciou a apresentação, agradecendo a presença de todos. afirmou que esse momento era histórico por se tratar da última audiência pública para tratar do PPCUB, o principal instrumento de política urbana do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), tombado nas instâncias distrital e federal e considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. O PPCUB abrange as áreas do Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia e Sudoeste/Octogonal/SIG, incluindo o Parque Nacional e o Espelho d'água do Lago Paranoá. Divide o território em 12 Territórios de Preservação (TP), os quais são subdivididos em Unidades de Preservação (UP), para as quais são definidos parâmetros de uso e ocupação do solo, bem como demais instrumentos de preservação e controle urbanístico. Demonstrou mapa com os 12 TPs, sendo eles: TP1 – Eixo Monumental; TP2 – Superquadras e Áreas de Vizinhaça; TP3 – Setores Centrais; TP4 – Orla do Lago Paranoá; TP5 – Setores de Embaixadas; TP6 – Grandes parques e outras áreas de transição urbana; TP7 – Espelho d'água do Lago Paranoá; TP8 – W3 Norte e W3 Sul; TP9 – Setores Residenciais Complementares; TP10 – Setores Complementares – Áreas Oeste e Leste; TP11 – Vilas Residenciais; e TP12 – Setores de Serviços Complementares. Demonstrou também, como exemplo, como era a subdivisão de UPs no TR1, destacando que havia 72 UPs no PPCUB. O PPCUB possui como diretrizes a preservação, a Legislação de Uso e Ocupação do Solo e o Plano de Desenvolvimento Social. Na preservação foram definidos todos os valores do CUB, considerando as quatro escalas urbanas (residencial, monumental, gregária e bucólica); os valores históricos resultantes do processo de implantação da capital no interior do país e da contribuição brasileira para arquitetura e o urbanismo mundiais; o valor paisagístico resultante da inserção da cidade no território; os valores estéticos e artísticos culturais resultantes do projeto urbanístico vencedor do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, de autoria de Lucio Costa, e das obras arquitetônicas, artísticas que representam o Movimento Modernista; e o sociocultural resultante do encontro e da integração de culturas. Também

foram considerados os principais componentes da preservação: histórico (áreas que apresentam valor para a história da cidade), forma urbana (desenho urbano mais parâmetros de uso e ocupação) e paisagem urbana (espaços edificados no território, com prevalência dos espaços vazios). Quanto à Legislação de Uso e Ocupação do Solo, tem o objetivo de atualizar as normas de uso do solo para os lotes do CUB, ampliando o rol de atividades conforme a Tabela de Classificação de Atividades do Distrito Federal e padronizar os parâmetros de ocupação, para os lotes, atualmente dispostos em vários instrumentos (PR, NGB, GB, decretos, entre outros), em Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (PURP), que trazem a sistematização e complementação da legislação incidente sobre o CUB. Já o Plano de Desenvolvimento Local (PDL), foi desenvolvido para o UPT Central, previsto no PPCUB, está descrito em planos, programas e projetos temáticos (Mobilidade, Espaços Públicos, Inserção de Habitação e Patrimônio Cultural e Saneamento Ambiental) e estratégias para cada TP. Os planos, programas e projetos descritos nas PURPs são ações detalhadas de forma mais localizada e específica para cada UP. Ato contínuo, elencou os principais avanços do PPCUB, sendo eles: clareza e transparência, segurança jurídica, simplificação e padronização, atualização e flexibilidade de usos do solo e gestão compartilhada do território. Apresentou o histórico do PPCUB, destacando que, após mais de 11 anos desde a divulgação da primeira versão da minuta do PPCUB, que originou o Projeto de Lei Complementar – PLC 52/2012, atualmente, o PPCUB se encontrava em fase de finalização, tendo em vista o processo técnico e participativo dispendido em sua elaboração. Discorreu sobre o processo técnico e sobre o processo participativo de elaboração do PPCUB e explanou que o seu Projeto de Lei Complementar é composto pelo texto da lei complementar, que contém 168 artigos e 15 anexos, sendo que o Anexo VII é composto por 72 PURPs, o qual seria o instrumento mais utilizado no dia a dia, para as pessoas interessadas no licenciamento de atividades econômicas e para os profissionais da área de arquitetura e engenharia. A PURP trata: I - do valor patrimonial que define os componentes de preservação (histórico, forma urbana e paisagem urbana), distingue as áreas mais representativas da concepção urbanística, conforme o Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa. O Campo A contempla o patrimônio cultural, indicando os bens efetivamente tombados e os exemplares com indicação de preservação; II - dos parâmetros de uso e ocupação do solo. No Campo B encontra-se o uso e atividade permitidos para o seu lote com a indicação até o grupo, sendo que as subclasses serão detalhadas em decreto. Para alguns lotes existem atividades obrigatórias e complementares. No caso da Vila Planalto, Telebrasília e da Candangolândia os usos foram conjugados em Unidades de Uso e Ocupação do Solo (UOS). O Campo C estabelece os parâmetros construtivo por grupos de lotes que possuem os mesmos índices urbanísticos e arquitetônicos. Os parâmetros de ocupação do solo são complementados pelas orientações contidas em notas gerais e notas específicas; III - dos dispositivos de parcelamento e tratamento do espaço urbano. O Campo D estabelece as situações onde se aplicam os instrumentos da Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR) e da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT). O Campo E informa onde podem ser aplicados o parcelamento, o desdobro e o remembramento, e as dimensões mínimas de lotes para cada caso, tendo em vista os critérios de preservação de cada território. O Campo F trata de diretrizes gerais para os espaços públicos, referentes a paisagismo, mobiliário urbano e sistema viário. O Campo G apresenta diretrizes complementares quanto a estacionamentos públicos. O Campo H trata dos planos, programa e projeto – contempla e reforça as diretrizes e recomendações sobre intervenções nos setores, considerando os planos, programas e projetos previstos na minuta de texto da lei complementar do PPCUB. Destacou-se que alguns PURPs contêm croquis após o Campo H que complementam o Campo C, que trata dos parâmetros de ocupação e indicam os tipos e limites da concessão de área pública. Agradeceu ao Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva, pela parceria, à equipe da SEDUH, aos subsecretários, à equipe da SCUB e aos membros do CONPLAN pela colaboração. Por fim, registrou que todos os materiais e todas as informações estariam disponíveis na página eletrônica do PPCUB e agradeceu a participação de todos. Com a palavra, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva observou que alguns pontos apresentados pela Secretária-Adjunta deveriam ser levados em consideração por todos os presentes. Comentou que a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) já determinava que o Distrito Federal deveria trabalhar o PPCUB, principalmente, para que houvesse uma clareza de norma para facilitar a melhor interpretação de como o território poderia ser usado e quais seriam os parâmetros de construção definidos. afirmou que estavam atualizando e trazendo para o contexto atual as demandas da cidade e, ao mesmo tempo, conciliando com a preservação. mencionou, então, o Sr. Denio Augusto de Oliveira Moura, que estava sempre presente e discutindo com a SEDUH sobre o assunto, bem com participando ativamente do CONPLAN, e que o mesmo propôs que a audiência pública anterior não fosse a última para que houvesse mais discussões sobre a matéria. Registrou a presença de 150 participantes na audiência pública, até aquele momento, mais 103 assistindo pelo Youtube, e participação de 42 servidores da SEDUH mobilizados para execução daquela audiência. Finalizada a apresentação, passou-se ao item 3. Debate e respostas às perguntas que eventualmente forem realizadas: Antes de iniciar os debates, a Sra. Camila Cardoso Gava registrou a presença do Sr. Fábio Fuzeira, representando o Deputado Hermeto, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Na sequência, abriu o momento para o debate, conforme a inscrição, relembrando que o tempo para manifestações individuais seria de três minutos, e que para manifestações de representantes de entidade seria de cinco minutos. O Sr. David Raposo, representante da Comunidade, comentou que, em sua opinião, houve uma grande melhora na apresentação do site do PPCUB e dos documentos, contudo, ponderou que havia um problema muito grave de estrutura no projeto de lei, uma vez que as planilhas de

preservação e o Anexo VII havia um sistema de setorização extremamente limitante para o desenvolvimento da cidade. Observou que o projeto era de difícil compreensão e, diante desse fato, inferiu que a realização de um esforço para simplificação e unificação seria produtivo. Discorreu que sentia que Brasília poderia ser uma cidade de vanguarda e de desenvolvimento e que isso não estava contemplado no projeto. Saudou a iniciativa, salientando que o documento ainda poderia ser amadurecido para melhor evolução. A Sra. Michelle Lemos, representante da Associação dos Micros e Pequenos Empresários da QMSW 2 do Sudoeste/DF (AMPES), parabenizou os técnicos da SEDUH pelo excelente trabalho e informou que o Conjunto D da QMSW 2 foi constituído no ano de 1996 pelo, então, governador Cristóvão Buarque e que na época foi recebida uma licença autorizando a ocupação da área. Que quando chegaram naquela área não havia nenhuma infraestrutura e que as 58 empresas estabelecidas naquele local ficaram responsáveis por toda a infraestrutura, as quais atualmente geravam cerca de 400 empregos diretos e indiretos. Trabalhavam no local de forma precária por não ter autorização para melhorar a infraestrutura e o paisagismo, o que era muito ruim para a comunidade do Sudoeste, além da insegurança jurídica. Esclareceu que a área não foi invadida e afirmou que contava com o empenho dos participantes da mesa em relação a esse setor para que continue o seu desenvolvimento empresarial. O Sr. Renato Lima, representante do Setor Hoteleiro – Hotéis Baixinhos, externou a sua satisfação pelos avanços conseguidos pelos vários segmentos no PPCUB, o que não era o caso do Setor Hoteleiro – Hotéis Baixinhos, que continuava sendo regido pela Norma de Gabarito de Brasília (NGB) de 1979. Registrou que houve um grande retrocesso para o setor com a conclusão da PURP 18 e solicitou ao governador que buscasse corrigir essa injustiça, na Câmara Legislativa, para que pudessem permitir o retorno da conquista dos 10 pavimentos ao projeto do PPCUB. Deu início à sua apresentação, elencando que os hotéis Econotel, Damasco, Riviera, Naoum Express, Brasília Imperial, Hotéis Bittar, El Pilar, Byblos, Casablanca, Diplomat, Aristus e Esplanada Brasília faziam parte dos Hotéis Baixinhos. Em 2011, o Governo do Distrito Federal (GDF) iniciou o processo de atualização de dezenas de NGB, surgindo, assim, as discussões no âmbito do PPCUB. Em 2012, foram elaborados os estudos técnicos (EPVT), pelos hoteleiros, referentes aos assuntos trânsito e viabilidade técnica e ambiental. Em 2015, os hotéis solicitaram, e o GDF acatou os argumentos técnicos, permitindo a elevação do gabarito de 13,5 metros para 35 metros. Em 2017, a primeira versão do Projeto de Lei Complementar do PPCUB previa o gabarito de 35 metros, pagamento das outorgas e um decreto. Em 2023, a versão atual deu um banho de água fria nos hotéis baixinhos, regressando aos padrões da NGB da década de 70 (13,5 metros). Observou que aumentar o gabarito para 35 metros não feriria a escala gregária de Lúcio Costa e demonstrou os textos do PLC 52 e 78, os quais permitia os 10 pavimentos com o pagamento das outorgas e elaboração de decreto. Elencou as vantagens sociais e econômicas dessa alteração e afirmou que era uma perda enorme esse retrocesso. Discorreu que o setor ganhou a diversificação dos usos, no térreo e pavimentos superiores. O Sr. Adriano de Carvalho, representante da Oi Telecom, relatou que a Oi Telecom se fazia presente nessa audiência em função do Requerimento 118621738 que trata do imóvel do Lote B, Entrequadra 112 e 113 Sul, o qual, atualmente, possui uma restrição de uso apenas para Telecom e explicou que a Oi gostaria de ampliar esse uso para rentabilizar esse imóvel. O Sr. Guilherme Jaganu, representante do Fórum de Defesa das Águas, agradeceu pelo trabalho realizado e lembrou que houve uma crise hídrica em 2017 que trouxe grandes problemas. Discorreu que estava sendo prevista uma nova crise hídrica nos próximos anos e salientou a importância de manter e criar novas áreas verdes, especialmente, as áreas contíguas aos lotes para manter a recarga de aquíferos do Distrito Federal. Observou que a questão do transporte era nociva e entendeu que eram necessários modelos de transporte diferentes para que houvesse menos poluição e menos carros nas ruas. Salientou os problemas existentes na Serrinha do Paranoá que estava sendo ocupada, nas Águas Emendadas, no Lago Oeste, os quais estavam contribuindo para a falta de água para todo o Distrito Federal. Relatou que não queriam mudança de gabarito e nem comércio nas áreas residenciais do Lago Sul, Lago Norte e Park Way, os quais deveriam ser preservados e compreendeu que a discussão não deveria se encerrar nesse momento, uma vez que era necessário aprofundá-la para encontrar uma organização que seja boa para todos. Com a palavra, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva comentou que estavam se esforçando para conseguir que o PLC fosse equilibrado, claro e conciso o suficiente para que a população tenha compreensão. Pontuou que era muito rica a manifestação do Sr. Guilherme Jaganu para a discussão do Plano Diretor, o qual também estava em processo de revisão e que já estava prevista a criação dos lotes do Sudoeste. Explicou que trabalharam na diversificação de uso para os hotéis baixinhos para permitir o desenvolvimento de novas atividades, mas a questão da altura ainda seria uma questão a ser superada e que a solicitação da Oi Telecom já estava consignada, e que a equipe realizaria a avaliação oportuna. O Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto comentou que havia anteprojetos e perspectivas de ampliação dos veículos leves sob trilhos e de resgatar o transporte de vizinhança, e observou que estavam em um momento de eventos climáticos intensos, principalmente de secas prolongadas, o qual era impactado também pela ocupação ilegal do solo. Salientou que o PPCUB não resolveria todos os problemas e informou que o art. 11 da LODF estabelecia o papel do IPHAN, em relação à interação com as legislações locais, para que possam estar sintonizadas com a normativa federal e tinha o papel de orientar para que a preservação do patrimônio tombado seja concretizada. O Sr. Tiago Pereira Perpetuo argumentou que a conciliação da ideia original de Lúcio Costa com o regimento era bastante difícil, e explicou que a opção por fazer a gestão por meio de setores era necessária, em função da complexidade do território. O Sr. Felipe Ramon ressaltou as competências da SECEC nos processos de preservação do patrimônio. Passando ao próximo bloco de inscrições, o Sr. Celestino Fracon Júnior, representante da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI/DF),

ressaltou a importância desse evento e recordou que esse documento estava sendo construído há 11 anos e já estava maduro. Afirmou que era fundamental a sua aprovação para Brasília. O Sr. Helvídio Neto, Prefeito da SQS 302, relatou que a maior preocupação levantada pela Associação da Asa Sul era que o anteprojeto classificava os pilotis em um artigo com áreas de uso público e em outro artigo como áreas de uso livre, sendo que a classificação correta seria áreas privadas abertas à circulação pública reguladas pelo Instituto de Passagem. As escrituras dos apartamentos em superquadras incluíam a propriedade de fração de pilotis sob as quais incide IPTU, portanto, são propriedades privadas cujo uso livre ou público sem adjetivos dependeria de prévia desapropriação. A adequação na redação seria fundamental para preservar a segurança e a qualidade de vida dos moradores das superquadras. Indicou como sugestões realizadas: envio do PPCUB ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CONDEPAC-DF) antes de seguir para a Câmara Legislativa; GDF deve atender a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial de que o PPCUB fosse submetido à análise do Centro de Patrimônio Mundial; e enviar o PPCUB ao Comitê Gestor do Conjunto Urbanístico de Brasília para que fosse incumbido da sua conclusão dos seus trabalhos. O Sr. Carlos Cesar, Presidente da Amo 700 Sul, discorreu que a 700 Sul estava solicitando a manutenção da Escala Residencial para o Setor SHGS sem qualquer alteração e entregou ofício no qual solicitava a inclusão de dispositivo no PLC para tipificação desse setor. A Sra. Patrícia Carvalho, representante do Conselho Comunitário Asa Sul, questionou quem seriam os responsáveis pela elaboração dos planos, programas e projetos relacionados no Capítulo IV, se haveria a participação da sociedade, por quem seriam aprovadas e implementadas. Quanto ao art. 21, questionou o motivo da não inclusão das vias L1 e W1 que eram integrantes da estrutura principal, e quanto ao inciso V do art. 59, observou que a sua redação não estava clara. Indagou quais eram as principais alterações propostas para os setores centrais da Escala Gregária e entregou um documento do Conselho Comunitário Asa Sul ao Secretário de Estado. A Sra. Heliete Bastos, representante da Prefeitura da 314 Sul, discordou das funções do IPHAN colocadas, tendo em vista que era necessário ter coragem para dizer não e entendeu que o PPCUB era muito mais um plano de desenvolvimento do que de preservação. Teceu comentários em relação aos artigos 59; 82; 23; planilhas PURP 10, 11, 14 e 15, solicitando esclarecimentos sobre as suas redações e salientou que a recente decisão do Comitê do Patrimônio Mundial nº 45/2023 reitera solicitação para que a minuta do PPCUB fosse encaminhada juntamente com o parecer técnico do IPHAN à análise do Centro de Patrimônio Mundial, questionando se essa decisão seria respeitada. O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva ponderou que havia uma complementariedade entre desenvolvimento urbano e cultura para elaboração do PPCUB e informou que a 700 Sul continuaria com uso exclusivamente residencial. Colocou a equipe da SEDUH à disposição para realização de reunião para debater sobre questionamento colocados pelas senhoras Patrícia Carvalho e Heliete Bastos, com os interessados pelo assunto, e explicou que o projeto não tratava especificamente de alterações, por isso, vários planos de desenvolvimento locais previam uma realização de estudos. O Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto explicou que a questão relacionada ao uso dos pilotis tem ganhado bastante contorno e citou que o tombamento não fixava uso. Informou que o IPHAN impõe restrições com relação à limitação da ocupação física desses espaços visando sempre o respeito ao conceito estabelecido no início da concepção da cidade, que era, de fato, de uma utilização franca e livre, com crianças fazendo uso do espaço e comentou que esse era o conceito da cidade, entretanto, há regimentos que deviam ser resguardados quando o IPHAN impõe certas limitações físicas. Mas que cabe aos condomínios fazerem suas próprias organizações para colocarem em prática essas limitações. Prosseguiu informando que o IPHAN se manifesta sobre o que é de sua competência e, no que extrapola sua alçada, os órgãos fiscalizadores como o Ministério Público, por exemplo, fica atento com relação às permissões feitas ou não pelo IPHAN, sendo certo que o IPHAN segue à risca os regimentos. Informou ainda que o IPHAN estava em um processo intenso de criação de normativas para o sítio do patrimônio para reduzir a discricionariedade técnica e de criação de um processo de educação em relação ao seu papel. Compreendeu que a ocupação do espaço público era uma característica de Brasília e precisava ser intensificada. O Sr. Felipe Ramon registrou a presença de um dos maiores especialistas em patrimônio cultural do Brasil, Professor Coutinho. Abrindo novamente as manifestações, o Sr. Rodrigo Fonseca, representante da Comunidade, observou que era salutar a aprovação eminente do PPCUB e afirmou que havia um documento robusto e consolidado. Ponderou que, apesar do tombamento da cidade, ela não poderia ficar parada em uma teoria do século passado, sendo, assim, necessário atualizar as atividades das áreas de preservação. O Sr. Wilde Cardoso, representante da Associação Andar a Pé, informou que protocolou um ofício no e-mail da SEDUH apresentando 18 contribuições para aprimoramento do texto do PLC. Destacou cinco principais contribuições do ofício encaminhado para conhecimento. O Sr. Hamilton Anjos, representante da Associação Comercial da Vila Planalto, alegou que sempre defenderam a preservação do sítio tombado da Vila Planalto, especialmente, da classificação dada pela Manifestação do Destinatário (MDe) nº 9090 das áreas de preservação rigorosas. Solicitou que essa classificação original fosse mantida para a Escola Classe nº 01 do Planalto, Campo do DFL, Igreja da Nossa Senhora do Rosário, Alojamento de Operários Solteiros da Rabelo, Alojamento de Engenheiros Solteiros da Rabelo, Campo da Rabelo e Conjunto Fazendinha. O Sr. Everaldo Cavazzo, representante do Fórum Comunitário da Vila Planalto, discorreu sobre as pendências deixadas pelo Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto (GEAP), as quais dependiam do PPCUB. Solicitou que a SEDUH convocasse a audiência pública específica para a Vila Planalto conforme já comprometido anteriormente para que fosse colocado todas as demandas para concluir o processo de regularização e atualizar as normas de gabarito. O Sr. Benny Schvartsberg, representante da Associação Andar a Pé e da Universidade de Brasília (UnB), ponderou que era muito oportuno realizar essa audiência

pública na semana em que foi comemorado o Dia Mundial de Urbanismo. Recordou que havia sugerido a realização de audiências públicas por blocos temáticos e por conjunto de artigos, o que não foi viável e, diante desse fato, propôs que fosse realizada audiência pública em 2024 de integração e sinergia entre o PPCUB, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e o Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU). Observou que o PPCUB avançou em alguns aspectos, todavia, não teve efetividade em relação aos instrumentos de política urbana. A Sra. Janaina Domingos Vieira explanou que vários dos pedidos realizados pelos representantes da Vila Planalto já estavam sendo atendidos no PPCUB e afirmou que estava sendo feito um trabalho junto com a SECEC para resgate e preservação das áreas citadas. Discorreu que o ofício encaminhado com as contribuições seria analisado e que era um compromisso da SEDUH trabalhar com todas as diretrizes relacionadas às áreas para pedestres e ao transporte público. Esclareceu que estavam trabalhando com todos os instrumentos citados pelo Sr. Benny e que o único não incluído foi a Operação Urbana Consorciada. O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva complementou informando que o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODESE-DF) lhe procurou justamente para tratar da integração, visto que a revisão do PDTU será iniciada nos próximos meses. O Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto discorreu que, por meio da Superintendência, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e com o apoio da SECEC, o IPHAN estava amplificando uma Ação "Canteiro Modelo de Conservação" iniciada em Igatu/BA. O IPHAN se instalaria na Fazendinha para a sua recuperação e mapeamento de imóveis que se enquadravam no CadÚnico para elaboração dos projetos para melhorias estruturais. Passando ao próximo bloco de inscrições, a Sra. Rita Andrade, Presidente do Conselho Curador da Fundação Brasileira de Teatro, demonstrou imagens da situação atual da Fazendinha e discorreu sobre a situação precária do Teatro Dulcina, afirmando que era fundamental a sua recuperação. Destacou que nas audiências públicas nunca era debatido o conteúdo do PPCUB e que não havia segurança de que as reivindicações estavam alcançando o poder público. Registrou que incomodava muito uma mesa composta apenas pelo poder público sem participação de técnicos e de um conselho que representasse a sociedade civil e sugeriu que esse formato fosse repensado e ainda realização de seminários para debate do conteúdo. A Sra. Efigênia, representante da Associação de Moradores da Vila Planalto, solicitou que a SEDUH recebesse uma comissão da Vila Planalto para que fossem apresentadas sugestões de adaptações, dentre elas: a creche da Vila Planalto deve ser contemplada no desenho do PPCUB e a inclusão do lote do Armazém do Geraldo. O Sr. Eduardo Clark, representante da Arena Futebol Clube, comentou sobre a dificuldade de funcionamento com as autorizações adequadas e ponderou que era necessário reavaliar as atividades voltadas para a área da tecnologia da informação para que não houvesse problemas futuros. A Sra. Ludmila Dias, representante da Terracap, expressou o seu reconhecimento ao trabalho da SEDUH e informou que a Terracap participou da Câmara Temática e estava entregando apenas alguns ajustes de melhoria em itens relacionados ao Polo III, Polo VII e SRPN, elencando-os. O Sr. João Accioly, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), reconheceu o trabalho realizado e explicou que o Sinduscon-DF participou do processo desde o seu início. Afirmou que sempre provocaram o Estado para que os ouvissem e sempre foram recebidos por ele e que era necessário reconhecer os avanços trazidos pela lei. Entendeu que estavam encerrando um ciclo, mas não fechando para novas propostas e novas evoluções. O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva comentou que estavam tentando sempre melhorar a dinâmica das audiências de maneira que os participantes fossem mais ouvidos e que estavam totalmente abertos para participação da composição da mesa, todavia, explicou que a ideia não era dar protagonismo às manifestações do poder público e sim dos participantes. Informou que a equipe técnica da SEDUH estava à disposição para informar sobre as demandas encaminhadas, as quais eram sistematizadas em forma de planilha. Sugeriu que a Sra. Efigênia solicitasse uma agenda na SEDUH para que fossem indicados os órgãos responsáveis pela regularização da Vila Planalto para sanar as suas dúvidas. Explanou que a atualização de atividades já vem sendo feita com alguns critérios a serem seguidos e salientou a necessidade de ter um projeto finalizado para sua aprovação e, a partir dessa aprovação, realizar as atualizações necessárias. O Sr. Felipe Ramon informou que a SECEC estava em tratativas com a Região Administrativa do Plano Piloto e com a SEDUH para discernimento dos parâmetros que serão adotados para o Alojamento dos Operários Solteiros e explicou como seria realizado o Canteiro Modelo de Conservação na Fazendinha. Afirmou que estavam sendo realizadas visitas técnicas e periódicas e que as ações preventivas realizadas tinham o objetivo de suspender a ampliação dos danos até o início da ação. Asseverou que o Teatro Dulcina era uma preocupação constante do Secretário Cláudio Abrantes, o qual determinou que houvesse o máximo de empenho para resolver a situação. Abrindo novamente para manifestações, o Sr. Rogerio Markiewicz, Arquiteto e Urbanista, agradeceu às equipes da SEDUH e do IPHAN pela transparência na elaboração do PPCUB e ponderou que Brasília estava ganhando um presente. O Sr. Luiz Sarnento, representante do Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IAB), concordou que o PPCUB era muito mais um plano de desenvolvimento, mas entendeu que havia tempo de corrigir essa questão e salientou que era necessário nortear a transformação dentro das melhores práticas, preservando, de fato, o patrimônio cultural. Sugeriu que o CONDEPAC-DF fosse ouvido e discorreu que era fundamental criar um comitê gestor do conjunto urbano tombado de Brasília. Externou a sua preocupação com relação ao Anexo IV, uma vez que não se conseguiu realizar um inventário de cerca de 100 obras e solicitou, em nome do IAB, que fossem destinadas mais pessoas para trabalhar com o patrimônio para realização desse inventário. A Sra. Luiza Coelho, representante do CONDEPAC, discorreu que o CONDEPAC recebeu o convite da SEDUH para se manifestar oficialmente em relação ao PPCUB, em outubro de 2023, e elaborou a Recomendação nº 04/2023 já encaminhada à Secretaria. Destacou os

principais pontos abordados na referida recomendação e afirmou que a necessidade de aprovação do PPCUB era algo urgente a fim de que fosse garantida a preservação de bens relevantes para a história de Brasília. A Sra. Ana Cristina Lessa, representante da Prefeitura da 713 Norte, salientou a importância de instituir um conselho especializado para acompanhar o PPCUB e de ouvir os demais conselhos relacionados à área e questionou como seria realizada a classificação das áreas verdes. A Sra. Ivelise Longhi, representante do CODESE-DF, relatou que, em sua opinião, o PLC estava bem completo e concordou com a necessidade de integração entre os demais planos. Reforçou que o CODESE-DF sempre foi bem recepcionado e solicitou que o projeto fosse aprovado com agilidade para que houvesse um plano para posterior discussão dos itens que precisariam ser melhorados. O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva afirmou que a SEDUH sempre estava aberta a todos e que foi realizada consulta formal ao CONDEPAC-DF, em junho de 2023, a qual foi reiterada em outubro de 2023. Explanou que todas as contribuições enviadas seriam analisadas ponto a ponto e esclareceu que havia uma distinção entre a atribuição de preservação do território e a preservação da cidade, e o tombamento da cidade e o tombamento individual de bens. O Sr. Felipe Ramon agradeceu a colaboração da SEDUH e ponderou que as prerrogativas defendidas pelo CONDEPAC-DF seriam analisadas. O Sr. Tiago Pereira Perpetuo comentou que havia uma demanda, em relação à constituição do comitê gestor, que infelizmente estava represada e informou que a Superintendência do IPHAN do Distrito Federal estava pleiteando, junto às áreas centrais do IPHAN, uma vaga de PRODOC para contratação de especialista para se dedicar na elaboração de proposta de desenho institucional no próximo ano. Passando novamente às manifestações, a Sra. Angelina Nardelli, representante do Fórum das Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, entregou um manifesto do Fórum que Brasília era um patrimônio material que precisa passar pelo CONDEPAC. Observou que o PPCUB não trazia uma leitura facilitada para população e externou a sua preocupação de que no futuro houvesse uma cidade com uma paisagem totalmente diferente dos princípios que regeram o seu tombamento. Sugeriu que fossem repensadas muitas das ações e dos artigos que envolvia o processo de feitura desse PPCUB, especialmente, a criação do comitê gestor solicitado pela UNESCO. A Senhora Veranne Magalhaes, Presidente da Comissão de Cultura da OAB/DF, discorreu sobre a sua memória afetiva de Brasília e externou a sua felicidade por estar participando da construção e da manutenção dos seus bens materiais. A Sra. Ana Beatriz, representante da Prefeitura Comunitária da 204 Sul, registrou que participou da última audiência pública e que era visível a mudança realizada e salientou que o PPCUB precisava de uma tradução. Discorreu que a maior preocupação dos moradores estava relacionada à alteração das destinações dos lotes e às indefinições existentes ao mapeamento, classificação da área verde e nova destinação de postos de gasolina e comentou sobre a necessidade da retomada das unidades de vizinhanças e de segurança para os momentos futuros. A Sra. Lilian Carneiro, representante do Clube de Vizinhança da Asa Sul, agradeceu pela regularização fundiária da unidade imobiliária e argumentou que a Asa Sul não poderia ficar sem a área pública cercada pelo GDF. O Clube Social era utilizado para a atividades educativas, esportivas e sociais. O Sr. Antônio Eustáquio, Arquiteto e Urbanista, informou que entregou uma proposta à SEDUH, em 2011, e que até o momento não recebeu uma resposta. Afirmou que era necessário preservar Brasília com o seu ideal arrojado e ousado. Explanou que a proposta indicava a necessidade de um projeto museal para a cidade e alegou que estava sendo privilegiado o ideal e desprezado o coletivo e, nesse sentido, apelou ao IPHAN que não permitisse que a Orla e o Eixo sejam analisados posteriormente. O Sr. Pedro Grillo, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-DF), informou que o CAU-DF tinha uma contribuição muito específica dada a demolição do primeiro edifício de superquadra da cidade, a qual foi encaminhada à SEDUH e tratava da sugestão de dispositivo de aprovação para esse tipo de demolição. Externou a sua preocupação com o entendimento de que não poderia ser construído nada novo e solicitou que os planos e projetos já elaborados fossem implementados. O Sr. Arthur Pereira, representante da Secretaria da Pessoa com Deficiência (SEPD), ponderou que a preservação tratada no PPCUB não significava necessariamente congelamento do crescimento e ressaltou que a acessibilidade estava contemplada. Colocou a Secretaria da Pessoa com Deficiência à disposição para ouvir demandas e para lutar pelo interesse da população. O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva observou que essa audiência pública teve efeitos e surtirá resultados importantes. Solicitou que toda a equipe da SCUB/SEDUH se levantasse para que todos conhecessem a equipe responsável pela elaboração do PPCUB. O Sr. Felipe Ramon discorreu que a exigência dos planos museológicos estava sendo descumprida, mas atualmente todos os museus tinham esse plano e que o próximo passo era trabalhar a conexão entre eles. Por fim, convidou a todos a participarem da 1ª Noite nos Museus, a ser realizado no Museu de Arte de Brasília (MAB). O Sr. Tiago Pereira Perpetuo informou que o IPHAN tem dialogado com os responsáveis pelo consórcio do estádio Mané Garrincha e estava sendo elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) visando a retirada dos equipamentos que não deveriam estar no local e o estabelecimento de um cronograma para iniciar o plano autorizado pelo IPHAN. Agradeceu o convite e colocou o IPHAN à disposição para debates. Feitas as manifestações dos membros da mesa, avançou-se ao item 4. Encerramento. O Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, declarou encerrada a Audiência Pública com vistas à apresentação de proposta do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), agradecendo a presença de todos.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado